



O SERVIÇO SOCIAL E A CRÍTICA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL CONSENTIDA: TAREFAS TEÓRICAS

Social work and critical student assistance consented: theoretical tasks

Clara Martins Nascimento*

RESUMO

Este ensaio elucida caminhos analíticos, a serem incorporados nos programas de investigação do Serviço Social, capazes de desvelar mediações históricas concretas que fundamentem a crítica ao projeto de *assistência estudantil consentida*. Parte de hipóteses de trabalho (desenvolvidas em estudos anteriores) que abordam a expansão da assistência estudantil na contrarreforma universitária dos anos 2000 sob o viés da refuncionalização de seu conteúdo e formato (na direção do fortalecimento de tendências produtivistas e da bolsificação de suas ações). Neste movimento, percebe o Serviço Social enquanto um dos principais sujeitos políticos responsáveis pela formulação e operacionalização destas ações nas Universidades, repensando sua contribuição para a estruturação de um projeto de assistência estudantil ampliado. Avança com a hipótese de que o aumento da participação destes profissionais nesta área não significou, na mesma proporção, um aprofundamento teórico metodológico capaz de desvelar o seu movimento real e, portanto, fazer a crítica ao projeto dominante – sintetizado aqui, a partir da categoria da assistência estudantil consentida. As constatações aqui dispostas são de caráter preliminar e estão referenciadas na intervenção acadêmica profissional, em revisões bibliográficas e participação nos debates travados nos principais encontros da profissão. Por fim, indica sugestões de programáticas de estudos que devem ocupar centralidade nas investigações do Serviço Social na assistência estudantil – ao conceberem a gênese e desenvolvimento destas ações considerando: as determinações engendradas pela particularidade do “padrão brasileiro de escola superior” e suas tendências operadas na crise capitalista e suas repercussões na disputa entre diferentes projetos educacionais.

PALAVRAS-CHAVE

Serviço Social. produção de conhecimento. assistência estudantil consentida.

ABSTRACT

This essay elucidates analytical paths to be incorporated into Social work research programs, capable of revealing concrete historical mediations that support the criticism of the student assistance consented. It is based on the hypothesis of work (developed in previous studies) that deals with the expansion of student assistance in the university counter-reform of the 2000s, with the aim of refunctionalizing its content and format (towards the strengthening of productivist trends and the bolsification of its actions). In this movement, it perceives Social work as one of the main political subjects responsible for the formulation and operationalization of these actions in the Universities, rethinking their contribution to the structuring of an expanded student assistance project. It advances with the hypothesis that the increase of the participation of these professionals in this area did not mean, in the same proportion, a theoretical methodological deepening able to unveil its real movement and, therefore, make the critic to the dominant project - synthesized here, from the category of student assistance consented. The findings here are preliminary and

* Assistente Social. Mestre em Serviço Social. Discente do doutorado em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Docente da Universidade de Pernambuco. (UPE, Palmares, Brasil). Av. Dr. Homero França Limeira, 289, Palmares (PE), CEP.: 55540-000. ORC ID: <<http://orcid.org/0000-0002-9810-2712>>. E-mail: <asclara88@gmail.com>.

DOI 10.22422/temporalis.2018v18n36p365-378



are referenced in the professional academic intervention, in bibliographical reviews and participation in the debates held in the main meetings of the profession. Finally, it indicates suggestions of programmatic studies that should occupy centrality in the investigations of Social work in student assistance - in conceiving the genesis and development of these actions considering: the determinations engendered by the particularity of the "Brazilian standard of higher education" and the current tendencies operated in the capitalist crisis and its repercussions in the dispute between different educational projects.

KEYWORDS

Social work. Production of knowledge. Student assistance consented.

Submetido em: 3/5/2018.

Aceito em: 4/11/2018.

INTRODUÇÃO

Neste ensaio, problematizaremos a produção de conhecimento do Serviço Social na assistência estudantil, numa perspectiva de totalidade social, visando oferecer subsídios teóricos para a crítica fecunda da estruturação destas ações na Universidade brasileira dos anos 2000. Ademais, situamos o Serviço Social enquanto sujeito político que participa do processo de expansão da assistência estudantil (ocorrida no bojo da contrarreforma universitária dos anos 2000) e responde objetivamente à refuncionalização sofrida por suas ações na direção da incorporação da burocratização e produtividade enquanto principal tendência.

Na hipótese de trabalho aqui desenvolvida consideramos que a ampliação da atuação do Serviço Social frente à formulação, gestão e operacionalização da assistência estudantil nas Universidades (tendo em vista a institucionalização do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)) não foi acompanhada de um acúmulo teórico metodológico capaz de responder criticamente às principais contradições operantes nesta área. Tais hipóteses foram construídas a partir das reflexões extraídas da nossa participação nos espaços de produção e socialização do conhecimento (ao exemplo dos principais encontros da categoria: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) e Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) do acúmulo profissional e acadêmico nesta área e, ademais, de um levantamento bibliográfico, ainda de caráter aproximativo, das principais teses que estruturam o debate acerca da assistência estudantil produzido no âmbito do Serviço Social a partir dos anos 2000.

Partindo de uma perspectiva de totalidade, apresentamos a categoria da *assistência estudantil consentida* enquanto síntese teórica capaz de desvelar as principais contradições da expansão da assistência estudantil nos anos 2000. Avançamos no debate ao defender a necessidade de construção de aportes teóricos críticos (considerando a particularidade educacional brasileira na perspectiva construída por Fernandes [1975]) que referenciem a legitimação de projetos alternativos de assistência estudantil apoiados na construção de equipamentos públicos (tais com restaurantes universitários, casas de estudantes, creches etc.) presentes na própria infraestrutura da Universidade e, com acesso universalizado. Por fim, atribuímos esta tarefa teórica aos Assistentes Sociais apresentando uma programática de estudos que deverão assumir centralidade nos planos de trabalho da profissão.

Tais considerações aparecem neste ensaio estruturadas em torno de três itens centrais. Num primeiro momento, expusemos os percursos que demarcam a aproximação do

Serviço Social da referida temática explicitando as questões centrais à compreensão da estruturação das suas linhas mestras. Importante ressaltar o caráter preliminar destes resultados considerando a dinamicidade que impera no movimento contemporâneo deste objeto (tendo em vista os projetos educacionais em disputa, as mais recentes alterações na política educacionais etc.).

No item 2, *Os Fundamentos da Assistência Estudantil Consentida*, resgatamos sínteses extraídas de estudos anteriores com o propósito de fundamentar a crítica ao projeto de assistência estudantil dominante. Nesta ocasião, apresentamos a categoria *assistência estudantil consentida*¹ enquanto síntese das contradições gestadas no âmbito da incorporação destas ações à agenda governamental da contrarreforma universitária dos anos 2000, no bojo de programas como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Este caráter consentido se revela na adesão de bandeiras históricas dos sujeitos políticos da educação, no que concerne à permanência estudantil, mediante sua refuncionalização na direção da consolidação de um caráter restritivo: burocratizado e bolsificado (porque definido nos limites do projeto educacional dominante). A referida refuncionalização se expressa nos supostos nexos existentes entre a expansão destas ações e os intentos contrarreformistas disseminados pelos aparelhos de hegemonia, como o Ministério da Educação (MEC), nos anos 2000, no sentido do/a: controle das taxas e evasão e retenção nas IFES, produtividade das vagas nas IFES, rotatividade dos estudantes entre as IFES e o discurso da democratização.

Por último, o item *Tarefas Teóricas para uma Crítica da Assistência Estudantil Consentida: conclusões* ressalta a necessidade de inserção do tema da particularidade educacional brasileira e recuperação das principais tendências operantes nos anos 2000 (na ocasião do seu estreitamento com os objetivos contrarreformistas) enquanto alternativa teórica para o fortalecimento do debate da assistência estudantil no âmbito do Serviço Social. Apresenta, deste modo, uma programática de estudos comprometida em desvelar a gênese e desenvolvimento destas ações numa perspectiva de totalidade social, ou seja, situando a assistência estudantil no complexo reprodutivo da educação superior na particularidade brasileira.

Nesta direção, a perspectiva teórico-metodológica que perpassa as formulações aqui dispostas considera as relações sociais como um *todo orgânico* (MARX, 2011) que interage de forma contraditória e dialética. Assim, o entendimento das políticas educacionais exige a apreensão das determinações mais gerais do contexto de crise estrutural do capital e da redefinição das ideologias dominantes na disputa pela hegemonia. Mais ainda, requer o esforço teórico de situá-las na particularidade da realidade brasileira, do *padrão brasileiro de escola superior* (FERNANDES, 1975).

¹ Sua elaboração inspira-se na categoria de *Reforma Universitária consentida* construída por Florestan Fernandes (1975) para referir-se a interferência do governo civil militar na condução das pautas do *Movimento de Reforma Universitária* da década de 1960. Esta interferência resultou na adequação do projeto de reforma universitária aos interesses da autocracia burguesa. No caso da assistência estudantil, serve para denotar o seu ajustamento às propostas da contrarreforma universitária dos anos 2000 que resultou na reconfiguração do seu conteúdo e formato na direção de tendências como a bolsificação e a burocratização.

Ainda do ponto de vista teórico metodológico, a crise do capital da década de 1970 – consequência da eclosão de uma tendência decrescente da taxa de lucros (e mais-valia) de longo prazo – é aqui compreendida enquanto mediação histórica fundamental para apreensão das transformações societárias contemporâneas e sua irradiação para os mais diversos complexos reprodutivos – dentre eles, a educação institucionalizada. Isto porque a queda da taxa de lucros requisita estratégias restauracionistas (econômicas e políticas) que se espraiam para todas as instâncias da reprodução social. Significa que, tanto a totalidade da escolarização deve se tornar um campo de valorização de capitais, quanto o conteúdo da cultura transmitido pela educação precisa ser equalizado com as novas demandas de formação/qualificação técnico-científica e profissional – que o capital exige para a exploração intensificada do trabalho e da ciência/tecnologia na sua atual busca de superlucros. Tais mediações conformam, portanto, o terreno sócio-histórico das mais recentes contrarreformas educacionais.

Assim, é possível que a principal contribuição deste ensaio seja a de alertar para a necessidade de avançar com os estudos sobre a assistência estudantil, no âmbito do Serviço Social, considerando as determinações históricas da assistência estudantil fundada na particularidade do *padrão brasileiro de escola superior* (FERNANDES, 1975). Servirá também para subsidiar a crítica ao delineamento, conteúdo e alcance dessas ações na atualidade das Universidades federais brasileiras – assim como, recuperaras tendências engendradas na *terceira fase da assistência estudantil* (KOWALSKY, 2012)².

Com relação à produção de conhecimento do Serviço Social acerca da assistência estudantil, chamamos atenção para o caráter ainda das abordagens teóricas produzidas. Isto porque a caracterização da assistência estudantil a partir de relatos de experiências, divulgação dos resultados da operacionalização dos programas assistenciais, a descrição do perfil socioeconômico dos seus usuários, ainda assume centralidade. Estes esforços analíticos, ainda que sejam importantes do ponto de vista da socialização de informações entre as Universidades, não avançam na crítica da assistência estudantil, sendo esta, a nosso ver, construída a partir do desvelamento das mediações históricas que situam a assistência estudantil no chamado *padrão brasileiro de escola superior* (FERNANDES, 1975).

A nosso ver, uma das principais lacunas no trato teórico-metodológico da assistência estudantil (tanto no espaço acadêmico quanto nas instituições responsáveis por sua operacionalização) tem a ver com a elucidação dos fundamentos que embasam estas ações: ou seja, os seus nexos mais intrínsecos com a histórica questão educacional brasileira. Por ora, creditamos duas causas a esta suposta insuficiência de aprofundamento teórico do tema: o caráter recente de sua institucionalização mediante inserção na agenda da política educacional brasileira; e, as mudanças operadas no seu formato e objetivos frente à ofensiva educacional conservadora, no bojo da contrarreforma universitária dos anos 2000. De imediato, tais causas estão justificadas pelo caráter ultra elitista da

²Kowalski (2012) situa a *primeira fase* da assistência estudantil na primeira metade do século XX. Naquele período, estas ações estariam voltadas para subsidiar os custos adicionais da formação dos filhos das elites brasileiras. A atuação do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Acadêmicos (FONAPRACE), em 1980, tendo contribuído para romper com o elitismo da assistência estudantil, elevou estas ações à uma *segunda fase*. Mais recentemente, com a institucionalização do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), a partir do Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, no bojo do processo de contrarreforma universitária dos anos 2000, estas ações teriam ingressado numa *terceira fase*.

Universidade no Brasil, uma vez que foram consideradas tardiamente as iniciativas de democratização do acesso e permanência dos estudantes.

Neste sentido, este ensaio provoca-nos a refletir sobre a assistência estudantil para além dos seus atuais aspectos institucionais e operacionais – que permite-nos apreender, somente no plano fenomênico, as conquistas de sua regulamentação e contribuição concreta para a permanência do estudante no ensino superior público. A preocupação investigativa do Serviço Social deve caminhar na direção do desvelamento das contradições, pontos de tensão e relações da assistência estudantil com os projetos das classes em disputa. Isto contribuirá para a resolução de alguns problemas teóricos que afligem o Serviço Social diante da necessidade que a categoria enfrenta de responder as demandas provenientes deste espaço sócio- ocupacional.

1 O SERVIÇO SOCIAL E O DEBATE DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Na atualidade, o debate sobre a assistência estudantil contempla as características que particularizam a sua *terceira fase* (KOWALSKY, 2012) – demarcada pela institucionalização do PNAES e incorporação dessas ações na agenda da contrarreforma universitária dos anos 2000³(no bojo de programas como o REUNI). Esta fase representa um dos momentos mais significativos da sua história, por garantir a ampliação e legitimação destas ações nas Universidades federais brasileiras.

Contudo, este processo expansivo empreendeu uma mudança substancial do formato e do conteúdo da assistência estudantil na direção da estruturação de um projeto ao qual denominamos *assistência estudantil consentida*. A ênfase no seu caráter consentido auxilia a compreensão do dilema instaurado entre a significativa expansão da assistência estudantil (o aumento de sua legitimidade e alcance quantitativo) e a reconfiguração regressiva de seu histórico conteúdo político e pedagógico.

Isto porque, tendencialmente, a incorporação da assistência estudantil no bojo da contrarreforma universitária dos anos 2000 se deu mediante: 1) a exclusividade (e o rebaixamento) do corte de renda como critério de acesso às suas ações⁴; 2) sua

³ Principalmente, a partir da segunda metade dos anos 2000 – período no qual o processo de contrarreforma universitária, engendrado pelo Governo Lula [gestão 2008-2010], fomentou a criação de novos cursos e ampliação das vagas nas Universidades brasileiras. Dentre títulos que trataram da contrarreforma universitária dos anos 2000, destacamos: Andes (2007), Cislaguei (2010), Lima (2005), Neves & Pronko (2008), Sguissardi (2009). Os principais aspectos deste processo podem ser sintetizados nas iniciativas de: 1) privatização/ mercantilização do ensino superior – expressa na expansão das instituições privadas e, em programas como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), além das Fundações de Apoio; 2) ampliação do Ensino à Distância/EAD e, 3) expansão das vagas nas Universidades públicas e, o aumento das exigências de produtividade (inclusive docente) pela mediação, de programas como o Exame Nacional do Ensino Médio, novo Enem, vinculado ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), e, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

⁴ Em se tratando dos critérios de renda, os mesmos vêm se apresentando como única alternativa de hierarquizar as vagas nos processos seletivos da assistência estudantil. A restrição do número de bolsas e vagas nos equipamentos e serviços fortalecem um tipo de consenso institucional que considera a renda como sendo o principal critério emergencial. Deste modo, a discussão da universalidade do acesso não se coloca enquanto horizonte político, e, de forma mais imediata, nem mesmo o debate de outros indicadores de acesso às ações avançam.

desistoricização mediante vinculação exclusiva ao REUNI; 3) a incorporação da lógica da produtividade⁵ pelos serviços e programas desenvolvidos no seu âmbito.

Outra tendência que demarca a assistência estudantil consentida refere-se à crescente incorporação, nas rotinas institucionais, de uma lógica de substituição de vagas e aumento das contrapartidas dos estudantes – tanto através do controle do desempenho acadêmico, quanto da prestação de serviços à Universidade, servindo como força de trabalho barata para as instituições. Ademais, tal burocratização implica no lançamento periódico de diferentes editais, fragmentando a demanda e mobilizando constantemente as equipes profissionais, já deficitárias, para sua execução.

Na imediatividade da operacionalização, por exemplo, o caráter restritivo da assistência estudantil se expressa, inclusive, na atrofia de atividades pedagógicas que historicamente fizeram parte do *modus operandi* destas ações. Este é o caso das atividades direcionadas à formação de grupos de estudos entre os técnicos da assistência, com participação dos estudantes, para refletir as demandas institucionais e as respostas a serem dadas (assim como a maturação dos fundamentos teórico-metodológicos da assistência estudantil). E, ainda, a elaboração de oficinas, palestras, grupos de estudos e minicursos que historicamente se colocaram na assistência estudantil como forma de responder aquelas questões recorrentes que emergem no cotidiano institucional e possuem caráter totalizante: os temas relacionados às drogas, sexo, homofobia, orientação profissional etc. Em suma, atividades de caráter pedagógico que ampliam os horizontes de alcance da assistência estudantil para além de uma dimensão restrita ao auxílio financeiro.

No âmbito do Serviço Social, este tema vem sendo bastante difundido. Sobre este aspecto, a aprovação do PNAES, em 2010, foi fato decisivo à expansão destas ações nas Universidades, inclusive enquanto espaço sócio ocupacional dos/as Assistentes Sociais⁶. Podemos evidenciar esta ampliada difusão considerando, por exemplo, a predominância desta temática no eixo “Política Social e Serviço Social (ênfase: Política de Educação)” em um dos eventos mais expressivos da profissão, o XV ENPESS⁷. Ademais, esta mesma

⁵ Ao longo do texto, referir-nos-emos à categoria da produtividade considerando a conotação que a mesma assumiu na contrarreforma universitária dos anos 2000. Ou seja, aludindo à incorporação, pela Universidade, da mesma lógica empresarial de otimização dos recursos – no sentido da incorporação de critérios de quantidade, tempo e custo para avaliar o desempenho da Universidade. Segundo Chauí (1999, s/n), sob esta lógica produtivista, não se indaga “[...] o que se produz, como se produz, para que ou para quem se produz, mas opera uma inversão tipicamente ideológica da qualidade em quantidade”. No caso específico da assistência estudantil, esta produtividade se expressa nas reestruturações destas ações para garantir o alcance de mais estudantes, com uma quantidade menor de recurso alocado por programa e em menor tempo.

⁶ O PNAES, ao indicar a criação de Pró-Reitorias especializadas na gestão da assistência estudantil, requereu a contratação de recursos humanos para a atuação nesta área. Com efeito, o legado teórico-metodológico do Serviço Social frente à formulação e execução de políticas, programas e projetos sociais, fez com que estes profissionais assumissem papel de destaque na formulação e implementação destas ações.

⁷ O XV ENPESS ocorreu entre os dias 04 e 09 de dezembro de 2016 em Ribeirão Preto/SP. Esta observação acerca da expressiva participação de trabalhos submetidos e aprovados na educação, e especificamente na assistência estudantil (inclusive superando outras temáticas relacionadas à seguridade social), foi divulgada na reunião do GTP de Política Social, ocorrida no mesmo evento.

temática assumiu centralidade no XXVI Encontro Descentralizado Nordeste do Conjunto CFESS-CRESS, realizado na cidade de Natal, no ano de 2017⁸.

O *feedback* do GTP de Política Social, as avaliações feitas pelos próprios apresentadores e avaliadores do referido ENPESS, assim como as devolutivas feitas pelos Grupos de Trabalho/GT's do Encontro do CRESS 21ª região, alertou-nos para a seguinte questão: ampliação do tema da assistência ao/a estudante, no âmbito do Serviço Social, não acompanhou o amadurecimento de um discurso profissional capaz revelar teoricamente agênese e desenvolvimento destas ações na Universidades (o lugar que ocupa na totalidade social, e como participa do complexo reprodutivo da educação) que, por sua vez, fundamente e referencie a construção de um projeto alternativo de assistência estudantil.

Em outras palavras, ainda que tenha ocorrido uma significativa expansão da atuação do Serviço Social neste espaço sócioocupacional, e, conseqüentemente, o aumento da difusão desta temática no interior da profissão, é possível que a produção de conhecimento crítico acerca de suas questões basilares não tenha se dado na mesma proporção. Tal problemática assume reais contornos quando se faz um balanço, mesmo aproximativo, da produção de conhecimento do Serviço Social na assistência estudantil.

Historicamente, o conhecimento acumulado pelo Serviço Social nesta área contemplou, duas principais concepções⁹: a) aquelas que elucidaram as interfaces da assistência estudantil, tanto com a política de educação quanto com a política de assistência social, e, por isso, partiram do marco teórico de ambas as políticas (suas diretrizes e princípios) para compreender a assistência estudantil; e, b) aquelas produções que situaram a assistência ao/a estudante estritamente no âmbito das políticas educacionais, tratando-a, ora como uma política isolada, ora como parte integrante da própria política educacional¹⁰.

Considerando o Serviço Social como um dos principais sujeitos políticos presentes na formulação e gestão da assistência ao/a estudante nas Universidades, a busca pela teorização destas ações influenciou diretamente na direção dada aos seus objetivos e alcance materializados na realidade universitária. É neste sentido que ao enfatizarmos a necessidade teórico-metodológica desituar os fundamentos da assistência estudantil no

⁸ Ambos os encontros fomentaram reflexões que apontaram para a necessidade de aprofundamento teórico no que concerne ao conteúdo e formato da assistência estudantil: sua conceptualização, o trabalho dos/as Assistentes Sociais e a participação dos sujeitos políticos na estruturação de políticas de assistência estudantil nas Universidades brasileiras.

⁹ É importante ressaltar que estas produções acompanharam o movimento histórico do desenvolvimento da assistência estudantil, ou seja, o próprio amadurecimento de suas ações e inserção nos diagramas institucionais. Neste sentido, aquelas sistematizações que antecederam a aprovação do Plano Nacional de Assistência Estudantil, em 2007, dificilmente vislumbraram a assistência como um tema específico da educação – até mesmo porque esta concepção foi fortalecida pela contrarreforma universitária dos anos 2000, que definitivamente situou a assistência como sendo uma responsabilidade das Instituições Federais de Ensino Superior/IFES (a partir do PNAES, de 2010), e, também, previu a destinação de recurso, para investimento nesta área, pelo Ministério da Educação/MEC (mediante o ENEM/SISU).

¹⁰ Com relação à primeira concepção, destacamos as produções de Rocha (2003), Araújo (2003), Barreto (2003) e Alves (2002). Já com relação à segunda, destacamos Kowalski (2012), Duarte Júnior (2013), Araújo (2015). Problematizando este último aspecto, Duarte Jr. (2013, p. 75) concebeu a assistência estudantil “[...] enquanto plano de ação governamental, a ser operado pelas IES, devendo integrar a política de educação e não se constituir uma política a parte”. Neste sentido, pensou a assistência estudantil inserida num rol de ações necessárias à efetivação do direito à educação.

padrão brasileiro de escola superior (ao qual se referiu Fernandes (1975) e, pensá-los, portanto, a partir das contradições engendradas neste padrão) não incorremos num mero diletantismo acadêmico¹¹. Ao contrário, significa fortalecer as respostas críticas a serem dadas aos dilemas que perpassam a formulação e implementação destas ações.

Do ponto de vista da intervenção profissional, estas limitações de ordem teórica – também (mas não somente) resultantes da falta de definição dos nexos essenciais da assistência estudantil com as características particulares da Universidade brasileira – produziram/produzem implicações deletérias. Em outras palavras, o carecimento de mediações mais ricas que expliquemo conteúdo da assistência ao/a estudante (as demandas as quais deverá responder, a sua natureza e o lugar que ocupa na totalidade social) acabam obscurecendo a definição da própria instrumentalidade do Serviço Social nesta área¹².

Para citar as implicações mais aparentes que tais limitações teóricas produzem, destacamos a busca da fundamentação da assistência estudantil no quadro teórico específico da política de assistência social (incorporando, inclusive, os limites do caráter focalizado/seletivo desta política); e, a contribuição do Serviço Social para a disseminação de um formato padronizado de assistência estudantil, por vezes, descolado das particularidades das Universidades – sendo esta última a que mais interessa à problematização proposta nos limites deste ensaio.

Sobre este último aspecto, sem intencionar incorrer em generalizações, operou-se um *copia e cola* do formato dos programas e projetos da assistência estudantil¹³. Isto porque muitos profissionais se depararam com a realidade de ingressarem nestes espaços ocupacionais sem a contrapartida de um suficiente acúmulo teórico-metodológico – ainda que não desconsideremos o esforço de sistematização empreendido pelas entidades representativas da categoria¹⁴. Em outras palavras, nestas circunstâncias, o Serviço Social contribuiu para o desenvolvimento de um processo de importação de ações da assistência estudantil já previamente estruturadas e consolidadas nas diferentes realidades universitárias, e, assim, incorporou os riscos de reproduzir o projeto de *assistência estudantil consentida* (com suas próprias características produtivistas e burocratizadas).

Os depoimentos dos profissionais presentes no supramencionado Encontro do CRESS, por exemplo, evidenciaram como se deram as primeiras tentativas da categoria no que concerne à formulação e gestão da assistência estudantil: basicamente, a pesquisa exploratória para a construção das políticas de assistência estudantil, a serem

¹¹ Em se tratando da educação superior, de um modo mais geral, este mesmo esforço teórico-metodológico vem sendo desenvolvido nos trabalhos seminiais de autores como Lima (2005) e Minto (2014).

¹² Este tema não poderá ser desenvolvido nos limites deste ensaio, mas, creditamos a ele fundamental importância e indicamos a necessidade de sua maturação no âmbito do debate acerca da atuação do Serviço Social na Assistência Estudantil.

¹³ O PNAES, mesmo indicando áreas estratégicas para a estruturação de ações no âmbito da assistência ao estudante pela IFES, reconhece a capacidade das IFES de organizarem seus projetos e serviços de acordo com suas particularidades e a do seu alunado.

¹⁴ Cabe-nos destacar o trabalho seminal organizado pelo CFESS intitulado Subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011), sob a assessoria do Prof. Ney Luiz Teixeira, indicando os parâmetros do Serviço Social na educação. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br>>. Acesso em: ago. 2015.

desenvolvidas nas Universidades, restringiu-se à consulta aos editais e implantação da mesma lógica de estruturação dos programas e projetos de outras instituições, sem a necessária problematização de sua particularidade, na maior parte das vezes.

Contudo, este debate sobre a fundamentação da assistência estudantil ainda encontra poucos ecos no Serviço Social. Em pesquisas anteriores, as hipóteses de trabalho que vimos desenvolvendo consideram que a carência de mediações mais ricas capazes de situar o objeto da assistência estudantil nos fundamentos da vida social, mais especificamente, na dinâmica particular do complexo reprodutivo da educação, no trato implicou na sua *desistoricização*. Abordaremos este aspecto de forma mais detalhada nas próximas linhas.

2 OS FUNDAMENTOS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL CONSENTIDA

Em estudos anteriores constatamos que a expansão da assistência estudantil nas Universidades federais brasileiras, no decorrer dos anos 2000, para além de ser resultado das tensões exercidas pelos movimentos sociais da educação na correlação de forças entre diferentes projetos educacionais, é intensificada pela estruturação de um projeto de assistência estudantil restritiva, ao qual denominamos *assistência estudantil consentida*, funcional aos objetivos perseguidos pela contrarreforma universitária. Esta categoria revela-se, portanto, no ponto de chegada de investigações anteriores – enquanto concreto pensado, síntese de múltiplas determinações. Constitui-se, pois, no ponto de partida para apreensão da dinâmica particular da assistência estudantil.

A tentativa de conceber a assistência estudantil numa perspectiva de totalidade (e, portanto, combatendo a sua *desistoricização*) ampara a construção de caminhos analíticos capazes de iluminar a crítica aos projetos educacionais dominantes e suas pautas para a permanência universitária. Na realidade atual, coloca-se como tarefa urgente para o Serviço Social, pensar como os desdobramentos da crise capitalista nas Universidades públicas brasileiras (expressos, sobretudo, nos abruptos cortes orçamentários¹⁵) intensificaram aquelas tendências esboçadas nos anos 2000 – período histórico favorável à expansão e regulamentação da assistência estudantil – mediante sua inserção consentida na agenda da contrarreforma universitária dos anos 2000.

¹⁵ Sobre os reflexos da atual crise na Universidade pela mediação dos gigantescos cortes orçamentários operados nas IFES. Recentemente, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior/ Andifes, publicou nota à sociedade denunciando os cortes e contingenciamento de seus orçamentos referentes ao ano de 2017. Segundo a Andifes, “[...] O orçamento de 2017 já representou corte significativo em relação ao de 2016 (6,74% nominal na matriz de custeio, 10% no programa de expansão Reuni, 40,1% em capital, 3,15% do Programa Nacional de Assistência Estudantil e mais 6,28% de inflação no período). Quanto ao limite orçamentário, até o mês de agosto deste ano, tinham sido liberados apenas 75% do orçamento de custeio e 45% do orçamento de capital. Ademais, denunciou a retirada da prioridade para as metas do Plano Nacional de Educação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2018 – por meio de veto presidencial e em nome do ajuste fiscal – além da defasagem do aluno equivalente resultante da incompatibilidade entre o crescimento das Universidades federais na mesma proporção dos seus orçamentos, a ponto de, hoje, o valor em reais por Aluno Equivalente ser 42% menor do que em 2011. Conferir nota na íntegra em <http://portal.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-ult-1043868623.pdf> Acesso em 05 de setembro de 2017.

O discurso oficial¹⁶ que imprimiu direção do processo de contrarreforma universitária dos anos 2000 inscreveu a assistência estudantil na sua programática a partir de um suposto estreitamento entre: a expansão destas ações e os objetivos de programas contra reformistas como o REUNI. Tal vinculação se expressou na afirmação da existência de nexos entre os programas contra reformistas e as bandeiras históricas de luta dos movimentos estudantis.

Esta desistoricização da assistência estudantil (resultante, sobretudo, da não consideração de sua vinculação orgânica ao emblemático Movimento de Reforma Universitária de 1968) e, de outro modo, sua estruturação nos limites da ideologia da contrarreforma universitária dos anos 2000 provocou(a) consequências deletérias. Referimo-nos, principalmente, ao fortalecimento de concepções restritivas de tais ações organizadas no formato de bolsas, auxílios e programas, e, não como parte da própria infraestruturada Universidade! Ademais, fortaleceu a legitimação de um caráter instrumental e funcional da assistência estudantil às políticas educacionais vigentes. Ou seja, contribuiu, a seu modo, para a hegemonização de um formato de assistência estudantil bolsificado, produtivista e burocratizado, cujo alcance está reduzido a ações pontuais e, portanto, distantes de um debate mais amplo na perspectiva da permanência estudantil¹⁷.

É nesta conjuntura que a insuficiência de referências teóricas e históricas críticas apresenta-se como um dos principais limites à elaboração de uma crítica fecunda. Tal crítica deverá comprometer-se com o desvelamento das reais determinações políticas e econômicas que explicam a participação da assistência estudantil no complexo reprodutivo da educação superior brasileira – a partir dos seus vínculos mais essenciais com o *padrão brasileiro de escola superior* (FERNANDES, 1975).

Foi considerando a necessidade de atribuir uma dimensão de totalidade ao debate da assistência estudantil (historicizando-a) que resgatamos a posição que alcançou a compreensão da assistência ao estudante nos primórdios da história da Universidade brasileira. Inicialmente, a assistência estudantil esteve aliada à ideia restrita da destinação de recursos financeiros com o intuito de subsidiar a formação escolar. As primeiras iniciativas no Brasil desenvolveram-se acompanhando, inclusive, o perfil elitista da própria educação, sobretudo na modalidade superior. Somente na década de 1960, os sujeitos políticos emergentes no bojo mesmo do chamado Movimento de Reforma Universitária (FERNANDES, 1975) responderam pela politização da questão. Ou seja, a estruturação e reformulação dos seus princípios e formato a partir de uma demanda social – o que garantiu sua legitimidade social. Este período, por fomentar uma alteração nos rumos da ainda recente história da assistência estudantil, comporta mediações essenciais que atribuem centralidade ao tema da Reforma Universitária brasileira.

Neste aspecto, mesmo considerando o caráter tardio das tentativas de Reformas da Universidade no Brasil (datadas da primeira metade do século XX), sua importância

¹⁶ Estes nexos estão explicitados nas legislações do REUNI, na legislação da assistência estudantil, nos documentos acerca das diretrizes gerais da reforma universitária, nos relatórios do Ministério da Educação/MEC e nos documentos do FONAPRACE. Ver Brasil (2006, 2007, 2007b, 2010), Fonaprace (2012, 2011, 2007).

¹⁷ Compreendida enquanto incorporação permanente, na infraestrutura universitária, de equipamentos e serviços de caráter abrangente e universal.

histórica nos permite evidenciar este processo como sendo um dos principais dilemas educacionais (FERNANDES, 1975) vivenciados neste país. Isto porque, na acepção de Fernandes (1975), o conservadorismo e a dependência acompanharam a gênese e o desenvolvimento do ensino superior no Brasil. Este mesmo autor ressalta que as primeiras instituições educacionais resultaram da *transplantação de modelos educacionais forâneos* – por vezes senis – que, quando implementados na realidade brasileira, sem as devidas mediações de nossas particularidades, tornavam-se rapidamente empobrecidos.

Para Fernandes (1975), este processo de *senilização institucional precoce*, somado ao *caráter ultra elitista* do ensino superior (manifesto na restrição do número de vagas e na extrema especialização unilateral do ensino superior) respondeu pela disseminação de uma escola superior obsoleta: distante dos problemas nacionais, demarcada pela hierarquização na relação professor-aluno, subsumida à lógica da acumulação de capitais, e, portanto, aos interesses privados (FERNANDES, 1975). Tais processos demarcariam a existência de um *padrão brasileiro de escola superior* (FERNANDES, 1975)¹⁸ que atuaria tal como uma moldura para os *dilemas educacionais* vivenciados no país. Ou seja, enquanto as deficientes instituições de ensino demandavam alterações estruturais e complexas (seguidas de transformações substanciais nos seus aspectos didático-pedagógicos), as respostas a tais necessidades educacionais foram insuficientes.

É possível afirmar a partir de Fernandes (1975) que, por um lado, o avanço do estágio do capital monopolista engendrava a necessidade de extensão do ensino superior às classes subalternas, mas, por outro lado, o conservadorismo do sistema educacional limitava a procura e resistia às mudanças internas. Pensamos que este seja um ponto central para a problematização da configuração recente da assistência estudantil nas Universidades: ações pontuais materializadas no formato de bolsas e auxílios e, distantes, portanto, de constituírem-se em equipamentos públicos de acesso universal.

3 TAREFAS TEÓRICAS PARA UMA CRÍTICA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL CONSENTIDA: CONCLUSÕES

Nos limites desta produção, de caráter ensaístico, apontamos alguns caminhos analíticos a serem incorporados aos planos de trabalho do Serviço Social a fim de fortalecer as programáticas de estudos nesta área. Importante ressaltar o caráter metodológico de tais indicações: longe de objetivar isolar o objeto e aplicar um receituário para apreensão do seu movimento, estas indicações possuem outra intencionalidade metodológica: quer seja, a de enfatizar algumas determinações presentes na história do objeto que operam de forma predominante (ainda que não sejam eternas e estáticas) e que, norteando os seus estudos, contribuem para o desvelamento do seu real movimento.

¹⁸ A partir desta categoria, Fernandes (1975) sintetiza o processo de modernização educacional conservadora operado na gênese e desenvolvimento da Universidade brasileira – resultado, portanto, do que o mesmo autor denominou *dilema educacional brasileiro*. Este último pareceu-lhe sintetizar o a contradição que demarca episódios-chaves da história da educação no Brasil (tal como a Reforma Universitária de 1968) – no sentido de que as determinações sócio-históricas engendradas pela dinâmica do capitalismo heterônomo impõem exigências de intervenção pela educação. Contudo, o sistema educacional retrógrado é em si mesmo um obstáculo à efetivação dessas requisições.

Nesta direção, os programas de investigação desenvolvidos pelo Serviço Social devem aprofundar o debate da assistência estudantil partir da apreensão de elementos fundamentais à sua análise, na perspectiva da/o: 1) apreensão das determinações históricas da assistência estudantil fundada na particularidade do *padrão brasileiro de escola superior*; 2) análise da sua estruturação e consolidação no bojo das respostas da Universidade à crise capitalista contemporânea (considerando seus determinantes econômicos, políticos e as contradições que engendra); 3) desvelamento das tendências engendradas na terceira fase da assistência estudantil, forjada na contrarreforma universitária dos anos 2000, e, ainda, 3) identificação das estratégias de reformulação do formato e conteúdo da assistência estudantil, desenvolvidas pelas Universidades na direção da consolidação da assistência estudantil consentida.

O projeto de assistência estudantil consentida se torna uma máxima (enquanto horizonte político) quando se turvam as possibilidades de vislumbrar outros modelos de planejamento e gestão da assistência aos estudantes. Isto porque a Universidade brasileira, marcada pelo seu caráter ultra elitista, historicamente, não conseguiu viabilizar infraestrutura de serviços básicos de alimentação, dormitórios, espaços de convivência, creches e bibliotecas de qualidade aos estudantes. Assim, nesta conjuntura, banaliza-se o debate sobre a universalização da assistência estudantil, expressa, principalmente, na eliminação dos processos seletivos para inserção dos estudantes nas suas ações, na construção de equipamentos que façam parte da infraestrutura permanente da universidade e que sejam acessíveis a todos.

Por outro lado, a materialização das tendências imanentes ao movimento expansivo da política nos anos 2000 (o seu caráter restritivo, bolsificado e produtivista) diante dos impactos que vem causando nas Universidades, situa a assistência estudantil como prioridade das pautas defendidas pelos movimentos da educação. Depois de passado o momento da euforia de sua *ampliação* (o que produziu consenso necessário à legitimação da assistência estudantil consentida) estamos presenciando um momento de reflexões no bojo daqueles movimentos acerca do planejamento e modelos de gestão da assistência estudantil. O debruçar-se sobre o: *que assistência estudantil queremos?*. Resistências que vem ganhando forças nas mobilizações estudantis, e, ainda, nas pautas reivindicatórias do próprio quadro profissional responsável pela operacionalização destas ações nas Universidades – com destaque para a categoria dos Assistentes Sociais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Jolinda de Moraes. A Assistência Estudantil no âmbito da Política de Educação Superior Pública. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 5, 2002.

ARAÚJO, Josimeire de Omena. **As múltiplas determinações do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES nos governos Luiz Inácio Lula da Silva**. 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social)-Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Recife, 2015.

- ARAÚJO, Josimeire de Omena. **O Elo Assistência e Educação: Análise Assistência/Desempenho no Programa Residência Universitária Alagoana**. 2003. Dissertação (Mestrado), Univerisdade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- BARRETO. Walewska Faria A. **O Programa de Bolsa de Manutenção Acadêmica como Política de Assistência ao Estudante da UFPE**. Dissertação (Mestrado)-Univerisdade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 28 nov. 2013.
- BRASIL. Presidência da República. **PL n. 7200/2006. Projeto de Lei da Reforma da Educação Superior**. Brasília (DF), 2006.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais-REUNI**, 2007. Disponível em <http://200.156.25.73/reuni/D6_096.html>. Acesso em: 14 set. 2012.
- BRASIL. Presidência da República. **Diretrizes Gerais do REUNI**. Brasília, (DF), 2007b.
- CHAUÍ, Marilena. A Universidade operacional. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Domingo, 09 maio 1999.
- CISLAGHI, Juliana Fiuza. **Análise do REUNI: uma nova expressão da contrarreforma universitária brasileira**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação**. GT Educação. Assessor Ney Luiz Teixeira de Almeida. Brasília, junho de 2011.
- DUARTE JR., Nestor Gomes. **A assistência Estudantil e as Cotas Sociais nas Universidades Estaduais do Nordeste: as faces do acesso ao direito**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Natal, 2013.
- FERNANDES, Florestan. **A Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- FONAPRACE. **Proposta do Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Encaminhado à ANDIFES, Versão final. 2007.
- FONAPRACE. **Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras**. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). Brasília (DF), 2011.

FONAPRACE. **Revista Comemorativa 25 anos do Fonaprace**: histórias, memórias e múltiplos olhares. Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Org.). Coordenação, Andifes. UFU, PROEX: 2012.

KOWALSKI. Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. Tese de doutoramento. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul/ Faculdade de Serviço Social/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social Doutorado em Serviço Social, Porto Alegre, 2012.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **Reforma da educação superior nos anos de contrarrevolução neoliberal**: De Fernando Henrique Cardoso à Luís Inácio Lula da Silva. Tese de doutoramento. Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

MINTO, Lalo Watanabe. **A educação da miséria**: particularidade capitalista e educação superior no Brasil. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

NEVES, Maria Lúcia Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado**: da formação para o trabalho complexo no Brasil. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

ROCHA, Sheilla N. R. As perspectivas de operacionalização da assistência estudantil no espaço universitário: limites/ possibilidades para o acesso e permanência no ensino superior público. In: FONTE, Eliane Maria Monteiro (Org.). **Limites e Possibilidades da Assistência Estudantil no Espaço Universitário**: Análises de sua operacionalidade. Recife: PROCADE, 2003.

SGUISSARD, Valdemar. **Universidade Brasileira no Século XXI**. São Paulo: Cortez, 2009.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. As novas faces da reforma universitária do governo Lula e os impactos do PDE sobre a educação superior. **Caderno ANDES 25**, Brasília (DF), 2007.